TL 61

Sebastiana C. Saldanha

Parlamento Europeu
Audição pública sobre
Respeito pelos Direitos Humanos em Timor-Leste
Bruxelas, 23 de Abril de 1992

DESAPARECIMENTOS E PROBLEMAS DE REUNIFICAÇÃO FAMILIAR

Intervenção de Sebastiana Saldanha

Senhor Presidente,
senhores deputados,
minhas senhoras e meus senhores

Agradeço a oportunidade de testemunhar sobre a violação dos direitos humanos na minha Pátria, Timor-Leste. Faço-o pensando em todos aqueles que gostariam de gritar bem alto o seu sofrimento, na esperança de que a comunidade internacional ouvisse e agisse de modo a que a justiça e a paz voltassem à nossa terra. Faço-o lembrando-me de todas as mulheres, esposas, mães, filhas, irmãs, cujas vidas têm sido destruídas e que são obrigadas a permanecer no silêncio. Faço-o em memória de todos aqueles que ousaram lutar pela vida e por isso foram mortos.

Desde Dezembro de 1975 que desapareceram milhares de timorenses. Embora oficialmente Timor-Leste seja considerado em Jacarta a 27ª Província, na realidade o regime considera-nos como inimigos. Prova disso são as palavras dos Generais Try Sutrisno e Warouw. Disse este último: "numa zona de operações militares, o dever de cada soldado é destruir o inimigo." Em qualquer lugar, a qualquer momento, qualquer um pode ser levado pelas autoridades de ocupação para destino desconhecido, quantas vezes para a morte. Mas a dúvida permanece sempre no espírito dos familiares, aos quais nunca é dada uma explicação para uma ausência prolongada ou definitiva. Num território ocupado militarmente como é o caso de Timor-Leste, onde a arbitrariedade e a impunidade campeiam, todo o timorense está sujeito a que o vão buscar em casa ou no trabalho, na rua ou no mercado.

Não é necessário mandato de captura. Não se sabem os motivos da detenção. Não há possibilidades de defesa. A família não é informada. Quando os timorenses são apanhados, sabem que o que imediatamente os espera é a tortura. Interrogatório sob ameaças físicas e psicológicas, pancadas e pontapés, choques eléctricos, queimaduras de cigarros, cortes na face com lâminas, são algumas das situações mais comuns. Sobretudo nos últimos anos, muitos são mandados embora passados dias ou semanas, depois de terem sido barbaramente torturados, sem qualquer acusação formulada.

Sebastiana C. Saldanha

Todo o ex-preso é um potencial desaparecido. A prisão é uma marca indelével, tal como os ferros em brasa que são apostos no gado para que se saiba a quem pertence. Não se pode dizer que um preso, em Timor-Leste, é devolvido à liberdade. Como escreveu um parlamentar alemão em 1987, toda a ilha é uma prisão. E um preso é, por regra, obrigado a apresentar-se regularmente nos serviços da polícia secreta ou no posto militar e intimado a denunciar familiares, colegas e amigos, como prova do seu bom comportamento. No caso de não cumprir estas ordens, é novamente preso ou as autoridades fazem-no desaparecer.

Houve épocas em que desapareceram, num espaço de tempo relativamente curto, centenas e centenas de pessoas. Foi o que aconteceu em Dezembro de 1975, logo a seguir e cerca de dois anos mais tarde, quando muitos timorenses, acossados pelos bombardeamentos, pela fome e pela doença, foram obrigados a render-se aos invasores. O mesmo se repetiu em 1981, ao tempo da "Operação Aniquilamento" e no período a seguir ao rompimento do acordo de cessar-fogo, em Agosto de 1983. Sei que algum tempo depois a Amnistia Internacional denunciou esta situação.

Apesar do medo terrível que há sempre e que nos impede de tomarmos conhecimento de muitos casos concretos, eu soube nessa altura de duas situações que levei até junto de D. Martinho da Costa Lopes, então Administrador Apostólico de Dili. Mas não soube nunca qual tinha sido o seguimento do assunto, pois isso era demasiado perigoso, não só para mim como para toda a família. Um dia, na zona de Areia Branca (Dili) uma pessoa andava a apanhar lenho num pequeno mato e sentiu um cheiro muito esquisito. Julgando ter aí morrido algum animal, foi andando e de repente viu um corpo humano pendurado numa árvore, de cabeça para baixo. Já muito inchado, coberto de moscas, apenas se reconheciam os cabelos encaracolados. Numa outra vez, nas montanhas da mesma zona, um pastor guardava as suas cabras. Viu a certa altura um saco (carrol) de boca atada e, observando com atenção, verificou que se mexia. Intrigado, chegou junto dele e desatou-o. Um homem estava dentro do saco. Assustado, o pastor fugiu e tentou avisar o Kepala Desa. (Chefe do Suco)

Senhor Presidente,
minhas senhoras e meus senhores

Como mulher e mãe, eu queria chamar a atenção para algumas questões menos conhecidas. São problemas muito graves e dolorosos e por isso aquelas que os sofrem, mesmo quando saem do inferno em que se tornou a nossa querida terra, têm dificuldade em falar nisso.

A maior parte das mulheres e raparigas que são apanhadas pelos militares indonésios são brutalmente violadas. æs vezes por um pelotão inteiro. Frequentemente, antes de serem assassinadas. Em muitas ocasiões, já durante o tempo de detenção. Quantos filhos não têm nascido desta violência sem nome!

Os nossos filhos e as nossas filhas nunca estão em segurança. A repressão e a morte não poupam nenhuma idade. Alguns militares tomam para si, para o seu serviço, sem qualquer aviso, crianças ou

Sebastiana C Saldanha

jovens que lhes agradam. Quando acabam a comissão em Timor-Leste e são deslocados para uma qualquer parte da Indonésia, levam os nossos filhos com eles e as famílias nunca mais sabem do seu paradeiro. Haverá, talvez, dezenas de casos destes que raramente são mencionados.

Muitos daqueles que desapareceram nas semanas anteriores e, principalmente, nos dias que se seguiram ao massacre de 12 de Novembro de 1991, eram também crianças e jovens. Sei que o relatório preliminar da Comissão de Inquérito indonésia falava em 90 desaparecidos e que houve uma ordem para que se esclarecesse esse assunto. Claro que uma comissão de inquérito como esta não é credível e os timorenses, que conhecem muito bem o regime indonésio e aquilo de que ele é capaz, tiveram medo de testemunhar perante ela. Por dados concretos que têm chegado a organizações de direitos humanos no exterior, posso afirmar que mais de 200 pessoas desapareceram e que já são cerca de 250 os nomes dos que morreram. Há alguns testemunhos, embora não se possam citar as fontes, sobre feridos que foram retirados do hospital, não se sabendo o que lhes aconteceu depois, assim como sobre execuções sumárias posteriores ao massacre de Santa Cruz.

Até hoje, os familiares das vítimas não foram informados oficialmente sobre o destino dos seus entes queridos. As autoridades de ocupação apresentaram as suas desculpas, mas não ignoram que nenhum timorense as pode aceitar enquanto durar esta situação.

O que é também muito grave é que o terror penetra toda a nossa vida. Não estando agora lá, eu sei como é: basta ter conhecimento de uma injustiça, só isso é logo perigoso. Comunicar com outros, mesmo que sejam da família, é ainda pior. Enviar informação para o estrangeiro sobre violação dos direitos humanos é considerado um crime de subversão, punível com a pena de morte. Por isso estão agora a ser julgados timorenses em Dili e em Jacarta e tememos pelas suas vidas. Algumas instâncias da ONU dizem frequentemente que precisam de dados mais concretos sobre, por exemplo, os casos de desaparecimentos, para poderem accionar os respectivos mecanismos. Mas como, se os timorenses não podem falar, perguntar, comunicar?! Se as organizações de direitos humanos são impedidas pela potência ocupante de se deslocarem a Timor-Leste? Se aos jornalistas está agora vedado o acesso ao território? Se até os turistas que tentam contactar com a população são expulsos?

Senhor Presidente,
minhas senhoras e meus senhores

É por causa de toda esta situação de violência quotidiana e institucionalizada que muitos timorenses optam por deixar a sua terra, mas sempre na esperança de um dia poderem voltar em paz e em liberdade.

Sebastiana C. Saldanha

As decisões que tomamos de ficar ou de partir são sempre muito difíceis. Deixamos a terra dos nossos antepassados, onde tantos conterrâneos continurão a sofrer e a lutar pela libertação. Deixamos uma parte da nossa vida e uma parte da nossa família, da qual podemos nunca mais ter notícias. Só a uma minoria é dada a possibilidade de sair e aqueles que decidem não abandonar a terra na altura determinada não podem, em princípio, rever a sua opção, ainda que as circunstâncias mudem.

Passa-se agora esse caso com o meu filho José Maria Pompeia Saldanha Ribeiro. A nossa família saiu de Dili em 1986. Por causa dos estudos (estava já no 3º ano da Faculdade), ele decidiu não nos acompanhar. Poucos dias depois do massacre de Santa Cruz, foi preso e torturado, tendo sido posto em liberdade provisória no fim de Fevereiro. A sua vida passou a estar muito mais em risco e por isso pedi, através da Cruz Vermelha Internacional, que ele se reunisse agora a nós. A resposta que recebi foi negativa, baseada no facto de, há 6 anos atrás, em condições muito diferentes, ele ter tomado uma outra decisão.

O mesmo se passa com uma outra filha que, por razões ligadas à família do marido, teve de ficar em Dili. Connosco veio o seu terceiro filho, nessa altura com 4 anos. Depois de ver as imagens do massacre de 12 de Novembro na televisão, pede-me insistentemente para que os pais e irmãos venham ter com ele, pois tomou brutalmente consciência do que a qualquer momento lhes pode acontecer.

A nossa família, como muitas outras que estão no exterior, vive uma situação difícil. Nós sabemos que o meu filho José Pompeia esteve preso e durante esse tempo não conseguimos comunicar com ele. Mesmo depois da sua libertação condicional não tive nenhum contacto, nem por carta nem pelo telefone. O irmão da minha nora, Carlos Lemos, também foi preso em Dili. Temos notícias de que vai ser julgado em breve, mas nada mais conseguimos saber. O acesso a Timor-Leste está praticamente vedado neste momento. Muitos timorenses que estão fora viram familiares no filme do massacre e ainda hoje não sabem se essas pessoas foram mortas ou estão vivas e em que condições.

Nada deste sofrimento aconteceria se ao povo de Timor-Leste fosse dada possibilidade de, em liberdade, se pronunciar sobre o seu futuro e de seguir o seu caminho. Ansiamos pela paz. Por isso peço a todos quantos aqui me escutam, em especial ao Parlamento Europeu, para que apoiem activamente a proposta de negociações sem pré-condições, sob os auspícios da ONU, nas quais participem representantes timorenses. Só através do diálogo poderemos chegar à paz.

Muito obrigada.